



PARECER TÉCNICO CT Nº 04/2016

REFERÊNCIA: Processo ARPE nº 7200010-1/2016, de 08 de janeiro de 2016.

INTERESSADO: Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.

ASSUNTO: Criação de Tarifa Temporária de Contingência Devido à Crise Hídrica (TTCCH).

Recife, 29 de agosto de 2016.

1. DO PLEITO DA COMPESA

A COMPESA, no Item 2º da sua carta CT/COMPESA/DAM Nº 002/2016¹, de 06 de janeiro de 2016, que compôs o Processo nº 7200010-1/2016, de 08 de janeiro de 2016, solicitou a criação de Tarifa Temporária de Contingência Devido à Crise Hídrica (TTCCH), com justificativas apresentadas na Nota Técnica GRC/DAM Nº 01/2016.

A Concessionária destacou na sua carta as seguintes considerações:

[...] o imprevisível agravamento da crise hídrica que assola o nordeste brasileiro e, especialmente o sertão e agreste pernambucano;

[...] a situação de colapso e pré-colapso de abastecimento que já atinge 51 municípios de nosso Estado com perspectivas de agravamento;

[...] que as perspectivas para a crise hídrica em 2016 são de continuidade;

[...] os esforços financeiros com recursos próprios desprendidos pela COMPESA no sentido de mitigar a situação de escassez de abastecimento devido à crise hídrica;

[...] que tais despesas da Companhia encontram-se tarifariamente descobertas conforme demonstrado em nota técnica anexa;

[...] a crise econômica pela qual passa o país, dificultando o acesso a recurso e onerando ainda mais toda a operação da Companhia;

[...] o previsto no art. 46 da lei 11.445/07;

[...] que a continuidade, universalização, qualidade e eficiência dos serviços dependem do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia;

Dessa forma, a COMPESA solicitou:

O deferimento de nosso pleito que se constitui na instituição de uma Tarifa Temporária de Contingência Devido à Crise Hídrica (TTCCH), com as seguintes características:

¹ O item 1º da carta CT/COMPESA/DAM nº 002/2016 refere-se ao reajuste anual da COMPESA, do período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016, autorizado pela Resolução ARPE nº 107, de 18 de fevereiro de 2016.

- Isenção para os clientes enquadrados na tarifa social;
- Incidente apenas para volume faturado de água tratada;
- Com vigência exclusiva entre mar/2016 a fev/2017, sendo reavaliada a necessidade de sua manutenção e atualização de seus valores ao final do período a persistir a crise;
- E valores conforme indicados na tabela abaixo e demonstrados em Nota Técnica anexa:

CATEGORIA DE USUÁRIOS	TARIFA DE CONTINGÊNCIA	UNIDADE
COMERCIAL	R\$ 0,56	Por m ³
INDUSTRIAL	R\$ 0,70	Por m ³
PÚBLICO	R\$ 0,54	Por m ³
RESIDENCIAL	R\$ 0,38	Por m ³

Apresentam-se, a seguir, as principais justificativas extraídas da Nota Técnica GRC/DAM nº 01/2016.

Conforme o **Item 1- APRESENTAÇÃO**, o objetivo da referida Nota Técnica,

[...] é fundamentar, diante da grave situação de estiagem que assola o Estado de Pernambuco, desde 2011 e que se agrava ano após ano, [...]

Este trabalho abrange o período de agosto de 2013 a dezembro de 2015 com projeções para o ano de 2016, quando as perspectivas sobre o agravamento da situação atual são evidentes. Abordaremos tão somente as despesas e receitas envolvidas diretamente com o abastecimento de água no interior do Estado, onde é evidenciada a efetivação de um dos períodos de estiagem mais rigorosos de que se tem conhecimento. (sem grifos no original)

A COMPESA indicou no **Item 2 - BASE LEGAL**, em especial, os art. 29, 30 e 46 da Lei Federal nº 11.445/2007, transcritos no item 2 deste Parecer.

No **Item 3 – CRISE HÍDRICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, a COMPESA utilizou (subitem 3.1) dados históricos do “Monitor de Secas” disponibilizado no sítio eletrônico da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), buscando demonstrar “um avanço crescente tanto em relação ao território quanto em relação à severidade da seca”, no período de julho de 2014 a novembro de 2015 (Figura 2, p. 7).

Segundo a COMPESA, o Governo de Pernambuco vem “sistematicamente” emitindo decretos, desde 2012, declarando “Situação de Emergência” para os municípios afetados pela estiagem.

Nesse contexto, foram apresentados os municípios em situação de emergência nos Decretos nº 42.019, de 11/08/2015 (70 municípios do Agreste); e nº 42.222, de 08/10/2015 (56 municípios do Sertão), conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Municípios com “Situação de Emergência” Decretada - 2015

Decreto nº 42.019/2015		Decreto nº 42.222/2015	
Agrestina	Jurema	Afogados da Ingazeira	Petrolina
Águas Belas	Lagoa do Ouro	Afrânio	Quixabá
Alagoinha	Lagoa dos Gatos	Arapirina	Salgueiro
Altinho	Lajedo	Arcoverde	Santa Cruz
Angelim	Limoeiro	Belém do São Francisco	Santa Cruz da Baixa Verde
Belo Jardim	Machados	Betânia	Santa Filomena
Bezerros	Orobó	Bodocó	Santa Maria da Boa Vista
Bom Conselho	Palmeirina	Brejinho	Santa Terezinha
Bom Jardim	Panelas	Cabrobó	São José do Belmonte
Bonito	Paranatama	Calumbi	São José do Egito
Brejão	Passira	Carnaíba	Serra Talhada
Brejo da Madre de Deus	Pedra	Carnaubeira da Penha	Serrita
Buique	Pesqueira	Cedro	Sertânia
Cachoeirinha	Poção	Custódia	Solidão
Caetés	Riacho das Almas	Dormentes	Tabira
Calçado	Sairé	Exu	Tacaratu
Camocim de São Felix	Salgadinho	Flores	Terra Nova
Canhotinho	Saloá	Floresta	Trindade
Capoeiras	Sanharó	Granito	Triunfo
Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Ibimirim	Tuparetama
Casinhas	Santa Maria do Cambucá	Iguaracy	Verdejante
Correntes	São Bento do Una	Inajá	
Cumaru	São Caetano	Ingazeira	
Cupira	São João	Ipubi	
Feira Nova	São Joaquim do Monte	Itacuruba	

Decreto nº 42.019/2015		Decreto nº 42.222/2015	
Frei Miguelinho	São Vicente Férrer	Itapetim	
Garanhuns	Surubim	Jatobá	
Gravatá	Tacaimbó	Lagoa Grande	
Iati	Taquaritinga do Norte	Manari	
Ibirajuba	Terezinha	Mirandiba	
Itaíba	Toritama	Moreilândia	
Jataúba	Tupanatinga	Orocó	
João Alfredo	Venturosa	Ouricuri	
Jucati	Vertente do Lério	Parnamirim	
Jupi	Vertentes	Petrolândia	

Em seguida (**subitem 3.2 – Situação de Colapso e pré-colapso dos sistemas de abastecimento de água**) a COMPESA apresentou 51 municípios, **num total de 1.161.083 habitantes**, sendo também indicados os mananciais correspondentes, conforme os Quadros 2 e 3, a seguir.

Quadro 2 – Municípios em “Situação de Colapso” - 2015

Colapso	População Urbana	Mananciais
Águas Belas	23.084	Riacho Comunati e Riacho Lamarão
Alagoinha	6.468	Barragem Ipaneminha e Barragem Rosas
Brejinho	3.386	Barragem Serraria
Caetés	7.520	Barragem Gurjão e Barragem Capoeiras
Calçado	3.810	Barragem Santa Rita
Capoeiras	6.263	Barragem Gurjão e Barragem Capoeiras
Casinhas	1.704	Barragem Jucazinho
Cumarú	4.678	Barragem Jucazinho
Frei Miguelinho	2.111	Barragem Jucazinho
Iguaracy	3.949	Barragem Rosário
Ingazeira	2.456	Barragem Rosário
Itapetim	7.482	Barragem Boa Vista e Barragem Caramucuqui
Jataúba	7.225	Barragem Poço Fundo
Jucati	2.828	Barragem Jucati
Jupi	8.356	Barragem Santa Rita

Colapso	População Urbana	Mananciais
Passira	13.733	Barragem Jucazinho
Pedra	9.080	Barragem Mororó
Poção	6.675	Barragem Duas Serras
Riacho das Almas	6.832	Barragem Jucazinho
Salgadinho	3.062	Barragem Jucazinho
Santa Cruz da Baixa Verde	5.277	Poço Amazonas
Santa Cruz do Capibaribe	82.685	Barragem Jucazinho, Barragem Tabocas, Barragem Machado e Barragem Poço Fundo
Santa Maria do Cambucá	3.275	Barragem Jucazinho
São José do Egito	19.278	Barragem Rosário
Surubim	43.540	Barragem Jucazinho
Taquaritinga do Norte	9.389	Barragem Mateus Vieira, Barragem Queimadas e Barragem Zamba
Toritama	34.125	Barragem Jucazinho e Barragem Tabocas
Tuparetama	6.204	Barragem Rosário
Venturosa	10.116	Barragem Ingazeira
Vertente do Lério	1.813	Barragem Jucazinho
Vertentes	9.472	Barragem Jucazinho
Total	355.876	

Quadro 3 – Municípios em “Situação de Pré-Colapso” - 2015

Pré-Colapso	População Urbana	Mananciais
Arcoverde	66.443	Barragem Riacho do Pau e Poços Jatobá
Belo Jardim	52.176	Barragem Bitury e Barragem Pedro Moura JR
Bezerros	51.310	Barragem Jucazinho e Barragem Brejão
Bom Jardim	9.017	Barragem Pedra Fina
Brejo da Madre de Deus	12.537	Barragem Santana I e Barragem Santana II
Caruaru	305.035	Barragem Jucazinho e Barragem do Prata
Custódia	23.101	Açude Marrecas e Poços de Vila de Fátima
João Alfredo	15.020	Barragem Pedra Fina e Barragem Canguengo
Orobó	6.149	Barragem Pedra Fina e Barragem Escuro
Paranatama	2.241	Poços Amazonas e Cacimba da Baixinha

Pré-Colapso	População Urbana	Mananciais
Pesqueira	40.042	Barragem Ipaneminha, Barragem Afetos, Barragem Pedra d'água, Barragem Santana e Rio Ipojuca
Saloá	7.003	Poços Amazonas
Sanharó	10.340	Barragem Bitury e Barragem Pedro Moura JR
São Bento do Uma	25.735	Barragem Bitury e Barragem Pedro Moura JR
São Caetano	24.958	Barragem taquara, Barragem Brejo dos Coelhos e Barragem Brejo do Buraco
Sertânia	19.407	Açude barra, Açude Cachoeira e Poços Moxotó
Tacaimbó	6.521	Barragem Bitury e Barragem Pedro Moura JR
Terezinha	3.476	Barragem de Massaranduba
Triunfo	6.565	Barragem Brejinho
Vitória de Santo Antão	118.131	Barragem Águas Claras e Barragem Juçara
Total	805.207	

Ao final deste subitem, a COMPESA registrou que as três maiores barragens do interior do Estado “Poço da Cruz, Entremontes e Jucazinho” já se encontram em situação de colapso, e

Para mitigar o efeito devastador desta longa crise a Companhia vem agindo ampliando sensivelmente o fornecimento de carros pipas para minimizar a falta de água, além de empreender, com recursos próprios, várias obras destinadas exclusivamente para amenizar o colapso de abastecimento decorrente.

Tal esforço está provocando um importante desequilíbrio financeiro à Companhia por arcar com pesados e imprevistos aumentos em sua despesa e queda de faturamento. (sem grifos no original)

No **subitem 3.3 - Perspectivas para 2016**, a COMPESA informou que a análise das condições oceânicas de dezembro de 2015, realizada pela APAC (Anexo II da Nota Técnica), apresenta a seguinte conclusão:

[...] mesmo com a redução das temperaturas da superfície no oceano Pacífico na primeira quinzena de dezembro, as últimas previsões dos modelos dinâmicos e estatísticos sobre El Niño indicam que o fenômeno deve continuar influenciando a precipitação do Sertão e Agreste semiárido até o trimestre março-abril-maio. Portanto, a previsão, para o próximo trimestre é de chuva abaixo do esperado, principalmente no Sertão e Agreste semiárido.

Em continuidade, foi apresentado no **Item 4 – VARIAÇÕES DA DEX's DA COMPESA DEVIDO À CRISE HÍDRICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO**, que

Já se verifica desde 2013 uma variação negativa no faturamento das áreas afetadas pela crise, e, mais importante ainda, um aumento absurdo nas despesas com carro-pipa muito acima do previsto na ocasião da revisão tarifária de 2013/2014. (sem grifos no original)

A COMPESA alegou que “com o agravamento da crise econômica do país” houve uma retração de recursos do Governo Federal para obras de saneamento. Ressaltou também a política de contenção de gastos e investimentos determinada pelo Governo Estadual (Decreto nº 41.466/2015),

[...] o que torna ainda mais restritiva a condição da Companhia Pernambucana de Saneamento de suportar toda essa situação crítica sem o apoio de toda a sociedade.

O incremento da despesa com carro pipa foi apresentado no **subitem 4.1**, indicando que:

Durante o estudo tarifário em 2013, imaginando que a situação da crise hídrica já instalada na época se amenizasse ao longo dos próximos anos do novo ciclo tarifário, a Companhia forneceu à Agência de Regulação, para composição do cálculo do IRT os valores para serviços de terceiros e carro pipa para o interior conforme tabela a seguir.

TABELA 6: PROJEÇÃO TARIFÁRIA DO CUSTO DE CARRO PIPA NO INTERIOR

Comparação da Revisão Tarifária Ordinária de 2013/2014 – Carro Pipa Interior	Interior (R\$)
<i>Despesas com carros pipa apresentadas pela COMPESA</i>	5.935.726
<i>Despesas com carros pipa consideradas pela ARPE, estimadas com fator redutor de 86,94%</i>	5.160.797

Como a nota técnica ARPE não apresentou o valor considerado para carro pipa no interior e esta despesa integra o rol de subcontas de serviços de terceiros, consideramos o mesmo fator redutor de 86,94% aplicado a esta conta para despesa de carro pipa, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**TABELA 7: VARIAÇÃO PERCENTUAL DE SERVIÇO DE
TERCEIROS APÓS ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA RT 2013/14**

Comparação Revisão Tarifária Ordinária de 2013/2014 – Serv. de Terceiros	Valores (R\$)
Despesas com carros pipa apresentadas pela COMPESA	222.578.349
Despesas com Serv. Terceiros consideradas pela ARPE	193.520.000
Variação Percentual (%)	86,94%

No entanto, o que de fato ocorreu, devido ao agravamento da situação de estiagem, foi um aumento abrupto dessas despesas conforme demonstrado no quadro a seguir.

**TABELA 8: VARIAÇÃO COM DESPESAS DE CARRO PIPA
INTERIOR APÓS 2 PERÍODOS DO CICLO TARIFÁRIO**

	ago/13 a jul/14 (R\$)	ago/14 a dez/15 (R\$)	Total (R\$)
Despesas com carros Pipa COMPESA VP (IPCA)	20.908.110,00	28.031.358,00	48.939.469,00
Despesas com carros Pipa ANO BASE VP (Reajuste tarifário)	5.955.634,00	7.593.767,00	13.549.401,00
Defasagem VP (entre ocorrido e considerado pela ARPE)	(14.952.476,00)	(20.437.591,00)	(35.390.068,00)

[...]

Assim, constata-se um gasto com carro pipa 261,2% maior que o projetado na revisão tarifária 2013/2014 fazendo a Companhia assumir um ônus acumulado desde agosto/13 de R\$ 35.390.068,00 até dezembro 2015.

No **subitem 4.2** foi apresentado um demonstrativo das despesas com obras consideradas pela COMPESA como mitigadoras emergenciais, devido à crise hídrica. Essas obras, segundo a COMPESA, têm caráter emergencial e caracterizam-se como despesas excepcionais,

[...] realizadas com recursos próprios, totalmente fora da base de investimentos e gastos planejados pela Companhia, comprometendo seu planejamento orçamentário de forma impactante. No quadro a seguir elencamos todas as despesas extraordinárias decorridas exclusivamente pela situação de colapso e pré-colapso de sistemas, nos exercícios 2014 e 2015, todas realizadas com recursos próprios.

Transcreve-se, a seguir, a Tabela 9 da Nota da COMPESA, contendo a relação das obras mitigadoras concluídas em 2014 e 2015 e respectivos valores de investimento, no total de R\$ 38.702.992,13.

Tabela 9 - Obras Mitigadoras Concluídas em 2014 e 2015

Municípios beneficiados	Obra	Valor (R\$)	Status
São Bento do Una	Implantação do Sistema Adutor entre o REL Lajedo e o RAP São bento do Uma	627.653,19	Concluída em 08/2014
Angelim	Implantação do Sistema Adutor interligando o Sistema integrado Garanhuns à cidade de Angelim	1.381.393,34	Concluída em 05/2014
Cedro	Ampliação do sistema produtor para a cidade de cedro	3.686.947,92	Concluída em 06/2014
Custódia	Implantação da Adutora para Custódia a partir de Sítio dos Nunes	957.052,97	Concluída em 11/2014
Camocim de São Félix	Reconstrução da EEAB poço de areia, em Camocim de São Félix	731.997,48	Concluída em 02/2014
Pesqueira	Implantação do SAA pesqueira com captação no Rio Ipojuca	6.811.051,02	Concluída em 10/2014
Buíque	Implantação do sistema Adutor do vale do catimbau para Buíque	2.113.844,31	Concluída em 04/2014
Calçado	Implantação do Sistema Adutor de calçado a partir do Sistema produtor Pau Ferro	365.717,89	Concluída em 12/2015
São Vicente Ferrer e Machados	Sistema Produtor Siriji	22.027.334,01	2015
Total		38.702.992,13	

O **subitem 4.3** apresenta o total das despesas incorridas em decorrência da crise hídrica, realizadas de agosto/2013 a dezembro/2015, que incluem carros pipa e obras mitigadoras, totalizando R\$ 74.093.060 (= R\$ 35.390.068 + R\$ 38.702.992), conforme a Tabela 10 da Nota Técnica (p. 17).

Além disso, a COMPESA estimou, com base em expectativas de faturamento, que “desde agosto/13 a dezembro/15 já sofreu um déficit de receita a valores atualizados da ordem de R\$ 43.326.838,47”. Indicou ainda, que esse valor não fez parte deste requerimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

No **subitem 4.4** foi explicitada a previsão de despesas mitigadoras com carros pipa e obras em 2016, a serem realizadas com recursos próprios.

Com relação aos gastos com carro pipa a COMPESA informa que foi orçado o valor de R\$ 18.058.583,00, já descontado o montante de R\$ 3.600.000,00 do Governo Federal (Ministério da Integração Nacional), conforme a Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 – Projeção de Despesas com Carros Pipa para 2016

Descrição	ago/13 a jul/14 (R\$)	ago/14 a dez/15 (R\$)	Projeção 2016 (R\$)
Despesas com carros Pipa COMPESA VP (IPCA) e Projeção 2016	20.908.110,00	28.031.358,00	24.731.378,00
Despesas com carros Pipa ANO BASE VP (Reajuste tarifário)	5.955.634,00	7.593.767,00	6.672.795,00
Defasagem (entre o projetado e o previsto para o ano base da RT)	(14.952.476,00)	(20.437.591,00)	(18.058.583,00)

O valor da despesa relativa ao ano base foi reajustado pela projeção do IRT2016 de 9,84% (com detalhamento no Anexo VI da Nota Técnica).

Quanto às obras mitigadoras, a COMPESA informou que necessitará para 2016 de um aporte financeiro estimado de R\$ 40.000.000,00.

Assim, foi estimado pela COMPESA o valor de R\$ 58.058.583,00 para ser aplicado em ações decorrentes da escassez hídrica.

No **item 5** da Nota Técnica, a COMPESA detalhou a necessidade de recomposição tarifária devido à crise hídrica, considerando também “a situação econômica do país que dificulta a captação de recursos para os projetos inseridos no planejamento de expansão, melhoria e eficiência dos serviços”.

A COMPESA enquadrou o pedido de criação de **Tarifa Temporária de Contingência devido à Crise Hídrica (TTCCH)**, no art. 46 da Lei 11.445/07:

Art. 46. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

A defasagem tarifária total, incluindo 2016, foi estimada pela COMPESA no total de **R\$ 132.934.356**, de acordo com a Tabela 13, transcrita a seguir.

Tabela 13 – Cálculo da Defasagem Tarifária Total

Descrição	2014 ago/13 a jul/14	2015 ago/14 a dez/15	Projeção 2016	Total
Obras Mitigadoras	R\$ 16.309.940	R\$ 22.393.052	R\$ 40.782.713	R\$ 79.485.705

Descrição	2014 ago/13 a jul/14	2015 ago/14 a dez/15	Projeção 2016	Total
Defasagem da despesa de carro pipa (entre o ocorrido e o considerado pela ARPE)	R\$ 14.952.476	R\$ 20.437.591	R\$18.058.583	R\$ 53.448.651
Receita Requerida devido à Crise Hídrica (RRch)	R\$ 31.262.417	R\$ 42.830.643	R\$ 58.841.296	R\$ 132.934.356

A TTCCH proposta pela COMPESA possui as seguintes características:

- Isenção para os clientes enquadrados na tarifa social;
- Incidente apenas para volume faturado de água tratada;
- Com vigência exclusiva entre março de 2016 a fevereiro de 2017, sendo reavaliada a necessidade de sua manutenção e a atualização de seus valores ao final do período a persistir a crise.

O **cálculo do valor da TTCCH** foi apresentado no **subitem 5.1** da Nota Técnica, no qual a receita requerida foi distribuída, “conforme capacidade de pagamento”, com base na tarifa mínima de cada categoria de usuário, de acordo com a seguinte fórmula:

$RRch = Tchr \times Vfr + Tchc \times Vfc + Tchp \times Vfp + Tchi \times Vfi$, onde:

RRch – Receita requerida devido à crise hídrica;

Tchr - Tarifa residencial temporária devido à crise hídrica;

Vfr – Volume faturado de água categoria residencial;

Tchc - Tarifa comercial temporária devido à crise hídrica;

Vfc - Volume faturado de água categoria comercial;

Tchp - Tarifa pública temporária devido à crise hídrica;

Vfp - Volume faturado de água categoria pública;

Tchi- Tarifa industrial temporária devido à crise hídrica;

Vfi - Volume faturado de água categoria industrial.

No **subitem 5.1.1** a COMPESA apresentou uma **projeção do volume faturado** de cada categoria no período entre fevereiro/2016 a janeiro/2017, considerando a evolução ocorrida entre os dois períodos de 12 meses mais recentes.

Tabela 14: Projeção do Volume Faturado de Água

PROJEÇÃO DO VOLUME FATURADO	DEZ/2013 A NOV/2014 EM m³	Δ%	DEZ/2014 A NOV/2015 EM m³	DEZ/2015 A NOV/2016 EM m³
ÁGUA	295.877.517	3,07%	304.956.655	314.713.330
COMERCIAL (Vfc)	18.137.060	11,19%	20.166.471	22.507.259
INDUSTRIAL (Vfi)	18.223.823	6,19%	19.352.195	20.597.251
PÚBLICO (Vfp)	11.922.103	-4,07%	11.437.034	10.976.071
RESIDENCIAL (Vfr)	247.594.531	2,59%	254.000.955	260.632.748

Em seguida, no **subitem 5.1.2**, a COMPESA **calculou a proporção por categoria de usuário em relação à tarifa mínima residencial**, conforme a tabela transcrita a seguir.

Tabela 15: Proporção das Tarifas por Categorias em Relação à Tarifa Residencial

CATEGORIAS	VALOR DO m³ DA TARIFA MÍNIMA	PROPORÇÃO RESIDENCIAL
COMERCIAL	R\$ 49,50	R\$ 1,47
INDUSTRIAL	R\$ 62,00	R\$ 1,84
PÚBLICO	R\$ 47,80	R\$ 1,42
RESIDENCIAL	R\$ 33,70	R\$ 1,00

A partir dessas proporções a COMPESA estabeleceu as seguintes relações entre as “tarifas de crise” para cada categoria:

- a) Comercial: $T_{chc} = 1,47 \times T_{chr}$
- b) Industrial: $T_{chi} = 1,84 \times T_{chr}$
- c) Público: $T_{chp} = 1,42 \times T_{chr}$

O **cálculo da tarifa de contingência** foi exposto no **subitem 5.1.3** da Nota Técnica, conforme o apresentado na Tabela 16, a seguir transcrita.

Tabela 16: Cálculo da Tarifa Residencial de Contingência

CATEGORIAS	DEZ/2015 A NOV/2016 EM m³	PROPORÇÃO RESIDENCIAL	PROPORÇÃO x VOLUME PROJETADO
COMERCIAL	22.507.259	1,47	33.085.671
INDUSTRIAL	20.597.251	1,84	37.898.943

CATEGORIAS	DEZ/2015 A NOV/2016 EM m³	PROPORÇÃO RESIDENCIAL	PROPORÇÃO x VOLUME PROJETADO
PÚBLICO	10.976.071	1,42	15.586.021
RESIDENCIAL	260.632.748	1,00	260.632.748
TOTAL (A)			347.203.383
Receita Requerida devido à Crise Hídrica (RRch) (B)			R\$ 132.934.355,79
Tarifa Residencial de Contingência (B)/(A)			R\$ 0,38 por m³

Para a obtenção das tarifas de contingência das demais categorias de usuários, a COMPESA aplicou as proporções calculadas no subitem 5.1.2, chegando ao resultado apresentado na tabela 17, a seguir.

Tabela 17: Cálculo da Tarifa de Contingência por Categoria de Usuário

CATEGORIAS	TARIFA DE CONTINGÊNCIA RESIDENCIAL	PROPORÇÃO RESIDENCIAL	TTCCH (R\$/M³)
COMERCIAL	R\$ 0,38	1,47	R\$ 0,56
INDUSTRIAL	R\$ 0,38	1,84	R\$ 0,70
PÚBLICO	R\$ 0,38	1,42	R\$ 0,54
RESIDENCIAL	R\$ 0,38	1,00	R\$ 0,38

2. DA LEGISLAÇÃO BÁSICA E OUTROS DISPOSITIVOS REGULAMENTARES

- **Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 05 de Outubro de 1989.**

Art. 145. A política urbana será condicionada às funções sociais da cidade, entendidas estas, na forma da lei, como o direito do cidadão ao acesso à moradia, transporte coletivo, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, trabalho, educação, saúde, lazer e segurança, bem como a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

[...]

Art. 213. O Estado garantirá, na forma da lei, o livre acesso às águas públicas estaduais, para dessedentação humana e animal.

[...]

Art. 219. É dever do Estado, dos cidadãos e da sociedade zelar pelo regime jurídico das águas, devendo a lei determinar:

I - o aproveitamento racional dos recursos hídricos para toda a sociedade;

II - sua proteção contra ações ou eventos que comprometam a utilização atual e futura, bem como a integridade e renovabilidade física e ecológica do ciclo hidrológico;

III - seu controle, de modo a evitar ou minimizar os impactos danosos, causados por eventos críticos decorrentes da aleatoriedade e irregularidade que caracterizam os eventos hidrometeorológicos;

[...]

Art. 248 - Os serviços públicos, de natureza industrial ou domiciliar, serão prestados aos usuários por métodos que visem à maior eficiência e à modicidade das tarifas.

- **Decreto nº 18.251, de 21 de dezembro de 1994 e alterações.** Aprova o Regulamento Geral do Fornecimento de Água e da Coleta de Esgotos, realizados pela Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.

Art. 48. O fornecimento de água e a coleta de esgotos serão remunerados sob a forma de tarifas, de acordo com a estrutura tarifária da COMPESA.

Parágrafo único - A estrutura tarifária representa a distribuição de tarifas por faixa de consumo e volume esgotado com vistas a obtenção de uma tarifa média, de forma a compatibilizar os aspectos econômicos com os objetivos sociais.

[...]

Art. 54. As alterações na estrutura tarifária descrita nos arts. 46 a 53, decorrentes dos processos de revisões tarifárias, devem ser regulamentadas por meio de Resolução da ARPE.

Parágrafo único. As alterações na estrutura tarifária decorrentes de demandas formuladas pelo prestador de serviços nos intervalos entre as revisões tarifárias devem ser regulamentadas por meio de Resolução da ARPE.

[...]

Art. 64. Compete a ARPE fixar, reajustar, revisar e homologar as tarifas de fornecimento de água e coleta de esgotos, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, observados os seguintes critérios: (Redação dada pelo Decreto Estadual nº 40.256, de 3 de janeiro de 2014)

[...]

Art. 65. [...]

Parágrafo único. O regime tarifário e a metodologia de cálculo das tarifas devem ser definidos pela ARPE, mediante consulta

envolvendo o Poder Concedente, o prestador de serviços e os usuários, e regulamentados por meio de Resolução, contemplando: (Redação dada pelo Decreto Estadual nº 40.256, de 3 de janeiro de 2014)

[...]

Art. 72. A fatura mínima por economia será equivalente ao valor fixado para o volume de 10m³ (dez metros cúbicos) para cada categoria.

- **Lei Estadual nº 12.813, de 19 de maio de 2005.** Disciplina a realização de audiências públicas previamente à autorização de aumentos nas tarifas ou preços praticados por empresas concessionárias de serviços públicos de titularidade do Estado de Pernambuco.
- **Lei Estadual nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Art. 2º A Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, social e ambiental;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

[...]

Parágrafo único. As situações de escassez previstas no inciso III, deste artigo, deverão ser reconhecidas por ato do Governador do Estado.

- **Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

[...]

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

[...]

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

[...]

Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

[...]

Art. 46. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

- **Resolução nº 88, de 05 de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre a Metodologia e os Procedimentos para a realização de Revisões Tarifárias e de Reajustes Anuais dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários do Estado de Pernambuco prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.

3. DA ANÁLISE DA ARPE

Na análise do pleito da COMPESA referente à criação da Tarifa Temporária de Contingência devido à Crise Hídrica (TTCCH), observaram-se as seguintes orientações básicas:

- a) solicitar esclarecimentos e informações complementares da Concessionária, sempre que necessário;
- b) ampliar o escopo das informações fornecidas, quando necessário;
- c) validar o conjunto dos dados apresentados pela COMPESA comparando-os entre si e com diferentes fontes, em especial, a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) do Ministério da Integração Nacional (MI), Agência Nacional de Águas (ANA), Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (COTER), entre outros registrados oportunamente; e
- d) registrar as análises preferencialmente seguindo a organização da Nota Técnica da COMPESA.

3.1. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em decorrência da análise preliminar realizada referente à criação da TTCCH, a ARPE solicitou um complemento de informações encaminhado em 03/02/2016 para o e-mail do Gerente de Regulação e Concessão:

1- Apresentar para os sistemas de captação de água que abastecem os municípios considerados para o cálculo da tarifa de contingência proposta pela COMPESA, as seguintes informações:

1.1- Identificação dos reservatórios e municípios abastecidos;

1.2- Nível atual de água dos reservatórios (%);

1.3- Série histórica mensal do nível de água dos reservatórios (%) no período de Jan/2013 a Dez/2015;

1.4- Período de enchimento dos reservatórios, com base no ciclo hidrológico;

1.5- Nível de água dos reservatórios (%) que compromete o fornecimento pela COMPESA.

2- Informações financeiras da COMPESA referentes ao exercício 2015 (R\$ mil).

1- Receita Operacional Bruta	
2- Grupo de Custos	
2.1- Pessoal	
2.2- Energia	
2.3- Produtos Químicos	
2.4- Serviços de Terceiros	
2.5- Materiais	
2.6- Despesas Gerais	
2.7- Despesas Tributárias	
2.8- Contraprestação de Operação do Sistema – COS	

3- Razões contábeis mensais da conta “Carro Pipa”, e dos demais serviços considerados como “mitigadores” decorrentes da crise hídrica, dos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

4- Razões contábeis das obras realizadas, classificadas como “mitigadoras” referidas na Nota Técnica GRC/DAM Nº 01/2016.

5- Apresentar, por categoria de usuário (comercial, industrial, público e residencial), uma simulação de fatura mensal impressa, com a aplicação da TTCCH proposta, discriminando os respectivos itens de custo, exemplificando, para cada categoria, um usuário de consumo mínimo, médio e máximo.

6- Apresentar as informações referentes ao faturamento de dezembro de 2015, discriminado da seguinte forma:

Faturamento Dez/2015 Realizado (m³ e R\$)	Simulação Faturamento Dez/2015	
	Referente à TTCCH (R\$)	Incorporando o Adicional de TTCCH (R\$)

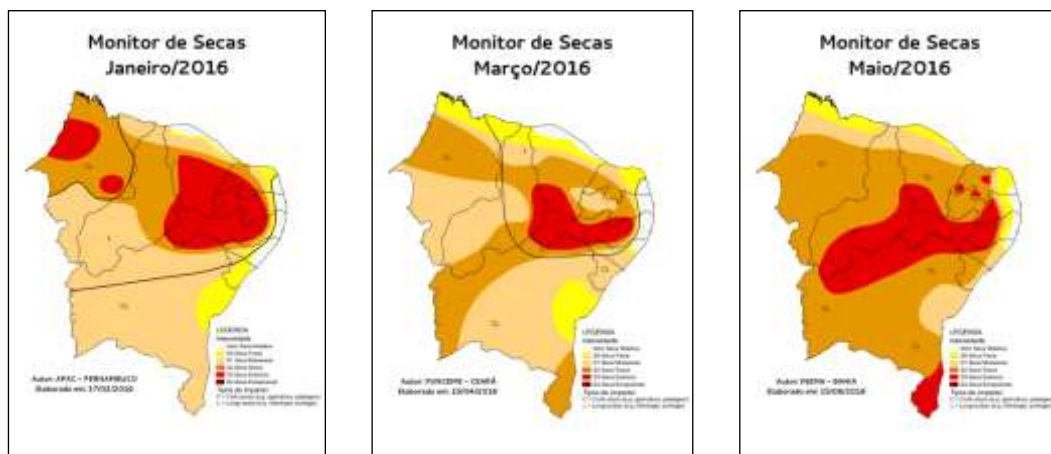
As respostas da COMPESA foram recebidas no e-mail da Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos da ARPE, no período de 11 de fevereiro a 23 de março de 2016, e serão comentadas no contexto das análises registradas neste Parecer.

3.2. DA CRISE HÍDRICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

A Nota Técnica da COMPESA embasou a criação da TTCCH em histórico da seca em Pernambuco e consequente agravamento da crise hídrica no Estado, apresentando mapas fornecidos pelo Monitor de Secas do Nordeste, dos meses de julho/2014, janeiro/2015, julho/2015 e novembro/2015, disponibilizados pela Agência Nacional de Águas (ANA).

A ARPE atualizou essas informações, a partir da obtenção de novos mapas no site da ANA referentes aos meses de janeiro, março e maio/2016, verificando que nesse período a seca foi classificada no “nível extremo”², conforme a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Informações do Monitor de Secas - janeiro, março e maio/2016



A Nota Técnica da COMPESA mostra que em novembro/2015 a maior parte do território de Pernambuco registrava estágio “seca excepcional”. Nota-se, nos mapas da Figura 1 acima, que nos cinco primeiros meses de 2016 houve um abrandamento da severidade da seca para o estágio “seca extrema”, variando entre as duas piores categorias.

É importante registrar que, conforme informações do site da ANA³, o Monitor de Secas, desenvolvido com o apoio do Banco Mundial, entrou em fase experimental de operação, em agosto de 2014 sob a coordenação da ANA, do Ministério da Integração Nacional (MI) e do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

Posteriormente, no segundo semestre de 2015, com vistas à efetiva implementação do Monitor de Secas, foram assinados Acordos de Cooperação

² Classificação de severidade da seca adaptada pela ANA do National Drought Mitigation Center, Lincoln, Nebraska, U.S.: S0 – Seca Fraca; S1 – Seca Moderada; S2 – Seca Grave; S3 – Seca Extrema; S4 – Seca Excepcional;

³ Disponível em: <<http://monitordesecas.ana.gov.br/>>. Acessos em: fevereiro, abril, e julho de 2016.

Técnica entre a ANA, o MI e o INMET; e entre a ANA e todos os estados do Nordeste, que disponibilizam informações e participam do processo de validação do mapa do Monitor.

Em Pernambuco estão citados o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), e a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA).

Ressalta-se que o Monitor das Secas é uma ferramenta de apoio a decisões para convivência, prevenção e enfrentamento dos impactos das secas no nordeste. Porém, verifica-se que sua base de dados histórica ainda se encontra em fase de consolidação e aperfeiçoamento, e, dessa forma, deve ser complementada com outras fontes de informação para a avaliação da severidade da escassez hídrica.

Registra-se que o Manual de Operações⁴ desenvolvido no âmbito do Acordo de Empréstimo 7778-BR, firmado entre o GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD)⁵, mediante o Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco (2010-2015) já apresentava a seguinte situação dos recursos hídricos no Estado.

Pernambuco é o estado do País mais pobre em quantidade de água, sendo o mesmo detentor de uma disponibilidade per capita de 1.320 m³/hab/ano, o equivalente a 3,5% da disponibilidade per capita da média nacional. (sem grifos no original)

É importante a compreensão de que os problemas atuais enfrentados pela COMPESA para assegurar o abastecimento de água nos municípios em situação de ciclo hidrológico desfavorável, não decorrem exclusivamente do fenômeno natural da seca, como também, de uma combinação de frustração de investimentos em obras mitigadoras que se encontram com os cronogramas atrasados ou ainda pendentes

⁴ MANUAL DE OPERAÇÕES DO PROJETO – VOLUME I. Disponível em: <http://www.sirh.srh.pe.gov.br/site/attachments/article/309/MANUAL%20DE%20OPERA%C3%87OES_PSHPE.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

⁵ WASHINGTON, 14 de janeiro de 2010 – A Diretoria Executiva do Banco Mundial aprovou hoje um empréstimo de US\$ 190 milhões para o Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco, que visa garantir o acesso universal à água potável e a serviços de saneamento para a população de um dos estados mais secos do Brasil.

[...]

O objetivo do Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco é ampliar e melhorar o fornecimento sustentável de água e a prestação de serviços de saneamento para a população da bacia do rio Capibaribe e da região metropolitana do Recife, para garantir o acesso universal aos serviços de abastecimento de água e saneamento em áreas urbanas até 2014 e 2018, respectivamente. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/01/14/190-million-expand-access-safe-water-supply-sanitation-services-one-driest-states-brazil>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

de implementação, especialmente o canal e a adutora do agreste que se destinam ao abastecimento da região com água do rio São Francisco.

Verifica-se, contudo, que a criação de uma tarifa contingencial e temporária associada ao enfrentamento da crise hídrica, nas bases propostas pela COMPESA “com vigência de março/2016 a fevereiro/2017, sendo reavaliada a necessidade de sua manutenção e a atualização de seus valores ao final do período, a persistir a crise”, poderia provocar a cobrança de encargo aos usuários sem a existência do fato causal, dada a imprevisibilidade de mudança de cenário no período, tanto pela componente hidrológica como por resultados de ações mitigadoras.

3.3.DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA QUE ABASTECEM OS MUNICÍPIOS CONSIDERADOS NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA TTCCH

Em atendimento à solicitação da ARPE registrada no subitem 3.1 (subitens 1.1, 1.2 e 1.4 do Pedido de Informação) a COMPESA apresentou dados sobre as 34 barragens consideradas na criação da TTCCH, sendo 24 localizadas no Agreste; nove no Sertão, e uma na Região da Mata Norte (v. Quadro 4).

Quadro 4 – Barragens consideradas pela COMPESA na criação da TTCCH

Barragem	Região	Volume		Quadra Chuvosa	Municípios Atendidos
		Máximo (m³)	Atual - fev/16 (%)		
Águas Claras	Mata		90	maio a agosto	Vitória de Santo Antão
Barra	Sertão	2.600.000	Colapso (agosto/2012)	janeiro a abril	Sertânia
Bitury	Agreste	17.000.000	4,08	março a junho	Belo Jardim, Sanharó, São Bento do Una, Tacaimbó
Boa Vista	Sertão	1.600.000	Colapso (junho/2013)	janeiro a abril	Itapetim
Brejão	Agreste	1.600.000	56,00	março a junho	Bezerros
Brejinho	Sertão	200.000	18	janeiro a abril	Triunfo
Brejo do Buraco	Agreste	1.070.000	31,58	março a junho	São Caetano
Brejo dos Coelhos	Agreste	357.000	95,00	março a junho	São Caetano
Cachoeira I	Sertão	5.000.000	Colapso (julho/2013)	janeiro a abril	Sertânia
Caramucuqui	Sertão	700.000	Colapso (junho/2013)	janeiro a abril	Itapetim
Duas Serras	Agreste	2.032.000	Colapso (dezembro/2014)	março a junho	Poção

Barragem	Região	Volume		Quadra Chuvosa	Municípios Atendidos
		Máximo (m³)	Atual - fev/16 (%)		
Gurjão	Agreste	3.800.000	24,00	março a junho	Caetés, Capoeiras
Ingazeira	Agreste	4.700.000	6,27	março a junho	Venturosa
Ipaneminha	Agreste	3.900.000	Colapso (dezembro/2012)	março a junho	Alagoinha, Pesqueira
Jucati	Agreste	400.000	Colapso (janeiro/2015)	março a junho	Jucati
Jucazinho	Agreste	327.000.000	1,66	março a junho	Surubim, Salgadinho, Casinhas, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Vertente do Lério, Vertentes, Toritama, Cumaru, Passira, Riacho das Almas, Bezerros, Gravatá, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe
Machado	Agreste	6.200.000	Colapso (outubro/2013)	março a junho	Santa Cruz do Capibaribe
Marrecas	Sertão	21.000.000	Colapso (novembro/2014)	janeiro a abril	Custódia
Massaranduba	Agreste	400.000	Colapso (janeiro/2016)	março a junho	Terezinha
Mateus Vieira	Agreste	3.200.000	Colapso (fevereiro/2015)	março a junho	Taquaritinga do Norte
Mororó	Agreste	3.000.000	Colapso (fevereiro/2014)	março a junho	Pedra
Pão de Açúcar	Agreste	34.000.000	2,00	março a junho	Pesqueira
Pedra Fina	Agreste	6.200.000	29,42	março a junho	Bom Jardim, João Alfredo, Orobó
Pedro Moura Jr.	Agreste	30.000.000	4,45	março a junho	Belo Jardim, Sanharó, São Bento do Una, Tacaimbó
Poço Fundo	Agreste	28.000.000	Colapso (janeiro/2013)	março a junho	Jataúba, Santa Cruz do Capibaribe
Prata	Agreste	42.000.000	63,55	março a junho	Agrestina, Altinho, Cachoeirinha, Ibirajuba, Caruaru
Riacho do Pau	Sertão	16.000.000	1,11	janeiro a abril	Arcoverde
Rosário	Sertão	34.000.000	Colapso (novembro/2015)	janeiro a abril	Tuparetama, Iguaracy, Ingazeira, São José do Egito(*)
Rosas	Agreste	1.200.000	Colapso (agosto/2013)	março a junho	Alagoinha, Pesqueira
Santa Rita	Agreste	600.000	25,00	março a junho	Calçado, Jupi
Santana II	Agreste	560.000	49,3	março a junho	Brejo da Madre Deus

Barragem	Região	Volume		Quadra Chuvosa	Municípios Atendidos
		Máximo (m³)	Atual - fev/16 (%)		
Serraria	Sertão	200.000	Colapso (janeiro/2015)	janeiro a abril	Brejinho
Tabocas	Agreste	13.900.000	Colapso (maio/2013)	março a junho	Santa Cruz do Capibaribe, Toritama
Taquara	Agreste	1.100.000	Colapso (março/2014)	março a junho	São Caetano
Total		613.519.000			

(*) – São José do Egito consta somente na Tabela 5 – Municípios em Situação de Colapso e Pré-Colapso da Nota Técnica da COMPESA (p.10 e 11).

Observou-se a partir das informações do Quadro 4 em conjunto com outras fornecidas na Nota Técnica da COMPESA, que:

- dezoito barragens foram apresentadas com situação atual (fev/16) de “colapso”: duas desde 2012; sete desde 2013; quatro desde 2014; quatro desde 2015; e uma em 2016.
- as barragens apresentadas abastecem 51 municípios, com a maior concentração em Jucazinho (15 municípios, totalizando uma população urbana de 563.375 habitantes);
- a barragem de Jucazinho (327.000.000 m³), representa 53,6% do somatório do volume máximo das barragens apresentadas (613.519.000 m³);
- no Sertão, a maior barragem informada é Rosário (34.990 m³), abastecendo quatro municípios (população total de 31.887 habitantes);
- o período de enchimento das barragens varia de acordo com a região de localização:
 - Agreste - março a junho;
 - Sertão - janeiro a abril; e
 - Mata - maio a agosto.

No histórico mensal solicitado pela ARPE para o período de janeiro/2013 a dezembro/2015 (subitem 1.3), a COMPESA informou não possuir tais dados para oito barragens: Águas Claras; Rosas; Santa Rita; Jucati; Machado; Bitury; Massaranduba; e Caramucuqui.

Nas pesquisas realizadas, a ARPE, identificou que a APAC publica na *Internet* um Relatório de Monitoramento Hidrológico de Pernambuco (<http://www.apac.pe.gov.br/monitoramento>), no qual faltavam dados das mesmas oito barragens informadas pela COMPESA.

Na intenção de mapear a origem desses dados, foi solicitado à COMPESA⁶ esclarecimento sobre a participação da APAC no monitoramento dessas barragens. Em resposta, a Gerência de Regulação e Concessões informou:

A APAC é responsável pela coleta e monitoramento das barragens e mananciais. As informações geradas por este trabalho são divulgadas em seu site e também repassadas à COMPESA, para que a mesma trabalhe em seu planejamento operacional. Antes da APAC esta atividade era desenvolvida pela própria COMPESA. (sem grifos no original)

Posteriormente, em complemento ao e-mail anterior, a COMPESA esclareceu⁷

[...] a COMPESA possui uma unidade chamada de Gerência de Controle Operacional que faz o levantamento das informações dos principais mananciais da RMR. No interior isto fica a cargo de uma unidade sediada na Gerência de Caruaru. Esses dados são trabalhados pela Gerência de Planejamento Operacional da COMPESA. No entanto tais informações, sobretudo no interior, não são assiduamente levantados, tendo a GPO invariavelmente que recorrer as informações coletadas e divulgadas pela APAC. (sem grifos no original)

Verificou-se, dessa forma, que a APAC tem papel fundamental no monitoramento dos reservatórios de Pernambuco, fornecendo, inclusive, suporte à COMPESA.

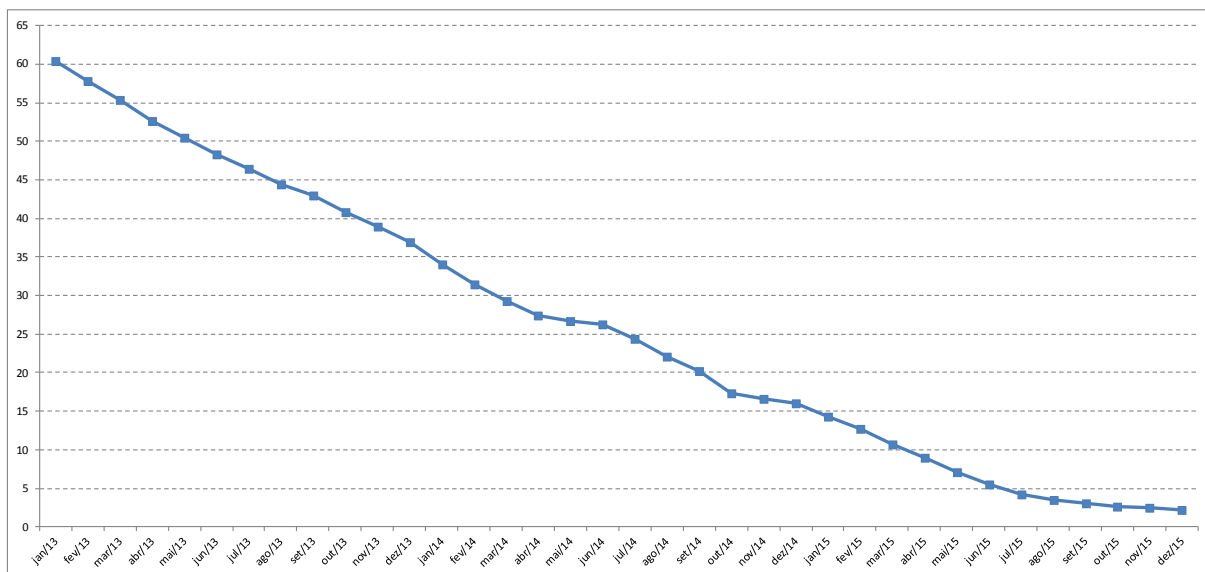
Nesse contexto, considerou-se pertinente registrar os dados fornecidos pela COMPESA para as barragens mais representativas do Agreste (Jucazinho) e do Sertão (Rosário) no período solicitado.

Observa-se no Gráfico 1, a seguir, que o percentual do volume de Jucazinho em relação à sua capacidade máxima decaiu de 60% (jan/13) para menos de 5% (dez/15).

⁶ E-mail da Coordenadoria de Tarifas da ARPE para a Gerência de Regulação e Concessões da COMPESA, datado de 12 de julho de 2016, anexado ao Processo ARPE nº 7200010-1/2016.

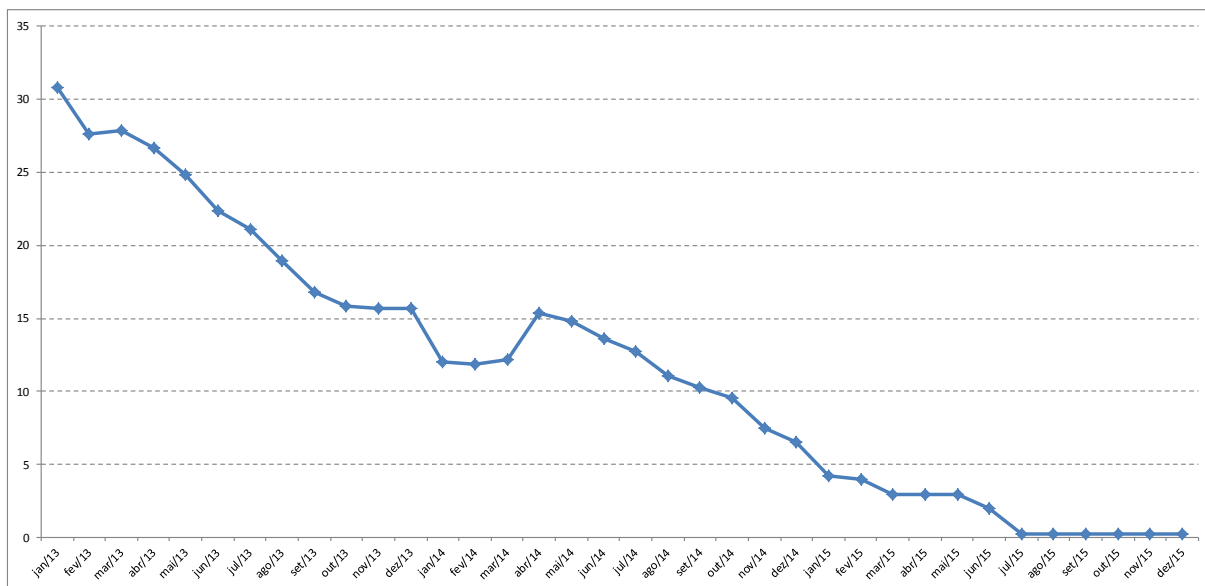
⁷ E-mail da Gerência de Regulação e Concessões da COMPESA, datado de 13 de julho de 2016, para a Coordenadoria de Tarifas da ARPE, anexado ao Processo ARPE nº 7200010-1/2016.

Gráfico 1 - Barragem Jucazinho - % Capacidade Máxima



Observa-se no Gráfico 2 que o percentual do volume de água de Rosário em relação ao máximo já iniciou com 30% (jan/13) e foi se reduzindo até zero (jul/15).

Gráfico 2 - Barragem Rosário - % Capacidade Máxima



Utilizando ainda como exemplos os gráficos dessas barragens não foi possível visualizar o período de enchimento informado, que seria de março a junho para Jucazinho (Agreste) e de janeiro a abril para Rosário (Sertão).

Quanto à solicitação da ARPE (subitem 1.5) referente ao nível de água dos reservatórios (%) que compromete o fornecimento pela COMPESA, foi informado pelo e-mail datado de 12/07/2016 da Gerência de Regulação e Concessões que:

Essa situação se dá quando a represa atinge o nível do porão (volume morto), que, em média, corresponde a 20% do volume total da barragem. (sem grifos no original)

Verificou-se, dessa forma, que 70% das 34 barragens indicadas pela COMPESA (v. Quadro 4) se encontravam com nível de água abaixo de 20%, ou seja, 18 barragens informadas em “colapso” e mais as seguintes: Riacho do Pau (1,11%), Jucazinho (1,66%), Pão de Açúcar (2,00%), Bitury (4,08%), Pedro Moura Jr. (4,45%), Ingazeira (6,27%), e Brejinho (18,00%).

3.4. DOS GASTOS DA COMPESA COM CARROS PIPA

De acordo com o item 1 da Nota Técnica da COMPESA, o estudo abrangeu o período de agosto de 2013 a dezembro de 2015, relativamente às despesas e receitas envolvidas diretamente com o abastecimento de água no interior do Estado.

Considerando a solicitação de informações complementares realizada pela ARPE, foram consolidados por município, os gastos com carros pipa apresentados nos razão contábeis dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, ampliando, dessa forma, o estudo da COMPESA.

Em seguida, foram acrescentadas as informações referentes aos decretos expedidos pelo Governo do Estado que indicaram os municípios em “situação de emergência” em 2013, 2014 e 2015.

Assim, do cruzamento desses dados, foi possível totalizar os gastos realizados com carros pipa pela COMPESA no período, para atender aos municípios com decretos de emergência, conforme Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Gastos com Carros Pipa x Decretos “Situação de Emergência”

Situação do Município	2013		2014		2015	
	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)
Com Decreto	112	-	111	-	119	-
Com Decreto e Com Gasto	44	10.517.393	46	12.646.820	49	14.932.012
Com Decreto e Sem Gasto	68	0	65	0	70	0
Sem Decreto	41	-	42	-	34	-

Situação do Município	2013		2014		2015	
	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)
Sem Decreto e Com Gasto	19	4.497.275	22	5.702.467	22	4.308.933
Sem Decreto e Sem Gasto	22	4.497.275	20	5.702.467	12	4.308.933
Total	153	15.014.668	148	18.349.287	153	19.240.945

Das informações contidas no Quadro 5, verificou-se que cerca de 30% dos recursos gastos com carros pipa em 2013 e 2014 referem-se a municípios que não têm situação de emergência decretada. Esse percentual ficou reduzido para 22% em 2015.

Por outro lado, convém observar que cerca de 60% dos municípios com decreto de situação de emergência não apresentaram gastos com carros pipa, de acordo com os Razões Contábeis da COMPESA.

Seguindo as informações da Nota Técnica da COMPESA, foi acrescentada uma análise dos municípios, sob a ótica da existência de decreto de emergência, bem como do registro de gasto nos Razões, frente aos sistemas de abastecimento de água indicados como em situação de pré-colapso e colapso em 2015 (v. Quadro 6).

Quadro 6 – Municípios com Sistemas em Colapso ou Pré-colapso, Situação de Decreto de Emergência e Gasto com Carro Pipa

Situação	2015	
	Qtde	Gasto com Carro Pipa (R\$)
Sistema Colapso	31	6.604.408
Município Com Decreto e Com Gasto	16	6.604.408
Município Com Decreto e Sem Gasto	15	0
Município Sem Decreto e Com Gasto	0	0
Sistema Pré-colapso	20	6.191.295
Município Com Decreto e Com Gasto	13	5.815.983
Município Com Decreto e Sem Gasto	6	0
Município Sem Decreto e Com Gasto	1	375.312
Subtotal com Colapso ou Pré-colapso	51	12.795.704
Sem indicação de Colapso ou Pré-colapso	102	6.445.241
Total	153	19.240.945

Observa-se no Quadro 6 que 41% (=21/51) dos municípios indicados pela COMPESA com sistema em colapso ou pré-colapso, possuem decreto de emergência, porém não apresentaram gasto com carro pipa nos razões contábeis da Concessionária.

Dessa forma, não ficou demonstrada a existência de vínculos entre o abastecimento de água com carros pipa; os Sistemas em Colapso ou Pré-colapso; e os municípios com Decreto de Emergência.

Segundo a Nota Técnica da COMPESA, a participação do Governo Federal (Ministério da Integração) na projeção de gastos com carro pipa para 2016, corresponderia a 20% do valor projetado (R\$ 3,6 milhões do total estimado de R\$ 18 milhões), sem apresentar evidências para suportar essa estimativa.

Foram realizadas pesquisas no endereço eletrônico do MI, visando confirmar o valor da participação de recursos para o fornecimento de água potável por carros pipa em Pernambuco.

Utilizando o filtro de dados disponibilizado na Internet pelo MI, no endereço <http://transferencias.mi.gov.br/RelatorioTransfObrigatorias/>, foram encontrados os seguintes processos para o Estado de Pernambuco, em 2015:

- a) Processo nº 59050.000652/2015-96, no valor de R\$ 9.600.000,00 para operação de carro pipa; e
- b) Processo nº 59050.000607/2015-31, no valor de R\$ 10.400.000,00 para construção de sistemas de adutoras para abastecimento de água nos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo.

Localizou-se também a Portaria nº 151, de 09/07/2015, publicada no DOU, em 14/07/2015, que confirma o valor e a finalidade da transferência para Pernambuco, conforme art. 1º transcrito a seguir.

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais), para a execução de ações de Resposta, com o fornecimento provisório de água potável, por meio de caminhão pipa, em municípios do Estado de Pernambuco afetados por estiagem, conforme processo nº 59050.000652/2015-96.

Na sequência, visando identificar o valor liberado em 2015, pesquisou-se o Portal da Transparência da União pelo processo nº 59050.000652/2015-96, obtendo-se o total de R\$ 5,76 milhões, superior ao valor informado pela COMPESA (v. Figura 2).

Figura 2 – Informações do Portal da Transparência – Transferência de Recursos

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR ESTADO/MUNICÍPIO	
UF:	PE
Município:	RECIFE
Detalhes do Convênio	
Número do Convênio SIAFI:	683927
Situação:	Adimplente
Nº Original:	TERMO COMP 0054/2015
Objeto do Convênio:	TRANSFERÊNCIA OBRIGATORIA DE RECURSOS, PARA Ações DE SOCORRO, ASSISTÊNCIA ÀS VITIMAS E RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, COM DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL, POR MEIO DE CAMINHÃO PIPA, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, AFETADOS POR ESTIAGEM.
Órgão Superior:	MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Concedente:	SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SEDEC
Conveniente:	CASA MILITAR
Valor Convênio:	9.600.000,00
Valor Liberado*:	5.760.000,00
Publicação:	14/07/2015
Início da Vigência:	10/07/2015
Fim da Vigência:	02/06/2016
Valor Contrapartida:	0,00
Data Última Liberação:	28/07/2015
Valor Última Liberação:	5.760.000,00

* Para saber cada uma das liberações, acesse a consulta - "Despesas Informações Mensais - Transferências de Recursos" - faça a consulta por exercício e selecione o Estado/Município desejado.

Em complemento, apresenta-se, a seguir, o Quadro 7, contendo informações da Operação Carro Pipa Federal (OCP), disponibilizadas pelo Observatório da Seca⁸ referente a 2014. Essa operação é desenvolvida pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, em parceria com o Ministério da Defesa (MD), representado pelo Exército Brasileiro, e normatizada pelas Portarias Interministeriais MI-MD nº 01/2012 e nº 02/2015.

Quadro 7 – Balanço Geral 2014 - "Observatório da Seca"

Estado	Governo Federal		Governo Estadual		Total	
	Pipeiros contratados	Municípios atendidos	Pipeiros Contratados	Municípios atendidos	Pipeiros contratados	Municípios atendidos
AL	166	33	239	37	405	40
BA	1.587	155	463	134	2.050	214
CE	1.173	108	54	20	1.227	126
MG	101	36	0	0	101	36
PB	1.075	160	0	0	1.075	160
PE	1.225	100	614	82	1.839	104
PI	581	68	0	0	581	68
RN	537	113	45	28	582	135
SE	96	12	38	6	134	12
Total	6541	785	1453	307	7994	895

Fonte: COTER/MD e CENAD/MI

Atualizado em: 12/2014

⁸ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/operacao-carro-pipa.html>>. Acesso em 02 mar. 2016.

De acordo com as informações disponibilizadas na *Internet* a OCP atende prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Verificou-se, assim, a participação de outros atores no fornecimento de carros pipa, com recursos que podem ser aplicados diretamente e também repassados à COMPESA. Essa configuração torna ainda mais difícil quantificar o custo total para atender às reais necessidades de abastecimento de todos os municípios com escassez hídrica em Pernambuco.

3.4.1. DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM CARROS PIPA – 2013 A 2016

Em primeiro lugar, sobre a participação das despesas com carros pipa no item Serviços de Terceiros, convém informar que essa rubrica permaneceu na RTO-2014 com os valores originais propostos pela COMPESA de R\$ 5.935.726,35 para o Interior; e de R\$ 1.292.478,88 para a RMR, correspondentes a 82% e 18% do total proposto de R\$ 7.228.205,23. Cabe registrar que esse valor já apresentava uma redução de 30% em relação aos R\$ 10.145.385,84 informados no ano de referência (ago/2012 a jul/2013).

Adicionalmente, as análises de consistência realizadas pela ARPE na RTO-2014, enfocaram as rubricas com valores projetados superiores a 5% do total de Serviços de Terceiros, o que não incluiu a contratação de carros pipa, com participação de 3,2%.

Outra informação importante refere-se à Meta Regulatória de Redução de Custos Operacionais (MRRC)⁹ que foi aplicada às despesas fixas componentes da DEX, após a análise de consistência realizada pela ARPE, resultando num percentual de 1,5% de redução, conforme o Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Demonstrativo da MRRC aplicada na RTO 2014

Item de Despesa Fixa	Valor (R\$ mil)		Variação	
	Análise de Consistência	Meta	(R\$ mil)	(%)
Serviços de Terceiros	200.321	193.520	-6.801	-3,40%
Pessoal	287.420	286.271	-1.149	-0,40%
Materiais	16.745	16.745	0	0,00%
Despesas Gerais	26.144	26.144	0	0,00%
Total	530.630	522.680	-7.950	-1,50%

⁹ V. Quadro 10 da Nota Técnica ARPE/DEF/CT nº 02/2014 (p. 21/37)

Verifica-se no Quadro 8 que o valor meta para os Serviços de Terceiros corresponde ao percentual de 3,4% de redução.

Assim, distribuindo o valor a ser reduzido (R\$ 6.801 mil) de forma proporcional entre as rubricas componentes dos Serviços de Terceiros, a redução das despesas com Carros Pipa (3,2% de participação) corresponderia a R\$ 217,6 mil no total do ano base, sendo R\$ 178,46 mil para o Interior (R\$ 217,63 mil x 82%).

Ressalta-se que esse valor é significativamente inferior ao apresentado na Nota Técnica da COMPESA (Tabela 6, p. 14) que resulta em R\$ 774,9 mil (=R\$ 5.936 mil - R\$ 5.161 mil).

Dando continuidade à avaliação das despesas com carros pipa realizadas pela COMPESA, a ARPE utilizando as informações dos Razões Contábeis (2013 a 2015):

- a) calculou a média mensal dos gastos com carros pipa de cada exercício (2013, 2014, 2015), sem considerar a possibilidade desse tipo de atendimento em outras situações de contingência, como por exemplo, para manutenção da rede;
- b) atualizou, mês a mês, o valor encontrado para o Interior (82%) pela variação acumulada do IPCA até dez/15, conforme apresentado no Anexo A; e
- c) obteve o valor total dos períodos de: ago/13 a jul/14; ago/14 a jul/15; e ago/15 a dez/15.

O valor previsto na RTO-2014 para o Interior (R\$ 5.935.726,35) foi atualizado pelos percentuais concedidos pela ARPE nos processos tarifários (v. Anexo B):

- a) na RTO-2014: 8,75%, a partir de abril/2014;
- b) no reajuste anual de 2015: 8,35% a partir de abril/2015; e
- c) no reajuste extraordinário de 2015: 12,16% (8,35% acrescido de 3,51%) a partir de julho/2015 até dezembro/2015.

Com a mesma configuração utilizada na Nota Técnica da COMPESA (Tabela 8, p. 15) foi identificada pela ARPE uma diferença de R\$ 24.226.760, 32% menor do que o valor apresentado pela Concessionária, conforme o Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Comparativo da variação das Despesas com Carros Pipa

Descrição	ago/13 a jul/14 (R\$)		ago/14 a dez/15 (R\$)		Total (R\$)	
	COMPESA	ARPE	COMPESA	ARPE	COMPESA	ARPE
Despesa Realizada (IPCA dez/2015)	20.908.110	16.316.062	28.031.358	23.691.498	48.939.469	40.007.560
Despesa RTO-2014 (IPCA dez/2015)	5.955.634	6.108.852	7.593.767	9.671.949	13.549.401	15.780.801
Defasagem (Realizado - RTO-2014)	(14.952.476)	(10.207.211)	(20.437.591)	(14.019.549)	(35.390.068)	(24.226.760)

Para exercitar o entendimento, foi estimada uma Receita Acumulada Projetada para o período de ago/2013 a dez/2015, com base na Receita Requerida Final da RTO-2014 (R\$ 1.210.112 mil), corrigida pelos mesmos percentuais de atualização tarifária concedidos no período, resultando no valor de R\$ 3.217.220 mil (v. Anexo C).

Objetivando validar o valor projetado pela ARPE para a Receita Acumulada, foram totalizados os valores do exercício de 2015 e comparados com a Receita Líquida registrada na Demonstração de Resultado da COMPESA.

Constatou-se, assim, que o valor projetado ficou 10% menor do que o realizado pela Concessionária conforme o Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Receita Acumulada Projetada pela ARPE para 2015

Mês/Ano	Valor Projetado pela ARPE com base na RR da RTO-2014 (R\$)
jan/15	109.666.400,00
fev/15	109.666.400,00
mar/15	109.666.400,00
abr/15	118.823.544,40
mai/15	118.823.544,40
jun/15	118.823.544,40
jul/15	123.001.834,24
ago/15	123.001.834,24
set/15	123.001.834,24
out/15	123.001.834,24

Mês/Ano	Valor Projetado pela ARPE com base na RR da RTO-2014 (R\$)
nov/15	123.001.834,24
dez/15	123.001.834,24
Receita Total 2015 (R\$)	1.423.480.838,64
Receita Total 2015 (R\$ mil)	1.423.481
Receita Líquida DRE 2015 Compesa (R\$ mil)	1.590.335

Assim, comparando-se os valores apurados pela ARPE da Defasagem acumulada dos gastos com carros pipa e da Receita Acumulada Projetada (ago/2013 a dez/2015) obteve-se um percentual de 0,75% ($=24.227/3.217.220$), insuficiente para causar desequilíbrio econômico-financeiro à Concessão.

Ainda no tocante à apropriação das despesas com carros pipa, a ARPE, a título de exercício, projetou uma defasagem da despesa para 2016, a partir do valor total apresentado no Quadro 9, conforme a seguir:

- Defasagem Total - ARPE = R\$ 24.226.760 (ago/13 a dez/15);
- Defasagem Média Mensal = R\$ 835.405,5 ($=24.226.760/29$);
 - Defasagem Projetada Anual Reajustada pelo IRT-2016 (10,69%), a partir de abr/2016 = R\$ 10.828.610 ($=835.405,5 \times 3 + 924.710,35 \times 9$).

Para efeito de comparação, essa projeção (R\$ 10.828.610) foi adicionada à defasagem do período de ago/13 a dez/15 obtendo-se o total de R\$ 35.055.369 até dez/2016.

Em seguida, com base na média mensal do total informado pela COMPESA, foi calculado o valor correspondente a 12 meses, pois a metodologia tarifária considera os itens envolvidos no cálculo dos custos de serviços e da receita requerida para um ano (v. Quadro 11).

Quadro 11 – Defasagem da Despesa de Carro Pipa - 12 meses

Descrição	Total do Período 41 meses (A)	Média Mensal (A/41=B)	Total 12 meses (B*12)
Defasagem da despesa de carro pipa – COMPESA	R\$ 53.448.651	R\$ 1.303.626	R\$ 15.643.508
Defasagem da despesa de carro pipa – ARPE	R\$ 35.055.369	R\$ 855.009	R\$ 10.260.108

A representatividade da defasagem calculada pela ARPE em relação ao valor projetado da Receita Líquida 2015 publicada na DRE (R\$ 1.590.335 mil) é de 0,64%. Assim, fica confirmada que esta defasagem não seria significativa para causar desequilíbrio econômico-financeiro.

Quando o abastecimento é realizado por carro pipa, é importante registrar que pode haver uma compensação dessa defasagem pela redução de outros custos inerentes à produção e distribuição de água, como energia elétrica e produtos químicos.

Cabe também observar que a Tabela Tarifária atual da COMPESA contempla a seguinte possibilidade de obtenção de receita pelo fornecimento de água tratada por carros pipa:

- fornecimento por carros pipa – R\$ 14,56 por 1000 l;
- fornecimento por carros pipa órgãos públicos – R\$ 2,03 por 1000 l.

Ainda na tabela tarifária vigente verifica-se que a conta mínima (10.000 l) residencial é de R\$ 37,25 e a pública de R\$ 52,95 representando um acréscimo de 42%.

No caso do fornecimento por carro pipa, uma conta mínima residencial seria de R\$ 145,60 um acréscimo de 290,87%. Já para órgãos públicos a conta mínima seria de R\$ 20,30 representando uma redução de (-)61,66% em relação ao fornecimento convencional.

3.5. DAS OBRAS EMERGENCIAIS MITIGADORAS DA CRISE HÍDRICA

Informa-se que na RTO-2014 foram alocados por ano, a título de depreciação dos ativos R\$ 50,7 milhões (QRR); e R\$ 259,5 milhões como remuneração do investimento (RC).

Convém registrar que os investimentos em obras de infraestrutura são realizados, em geral, com financiamento de bancos públicos e/ou recursos do Governo Federal, sem contrapartida ou com baixa contrapartida (15% a 30%).

A COMPESA também contabiliza como aporte de capital os recursos transferidos pelo Governo do Estado, oriundos de convênios com a União ou contratos com bancos públicos.

Para ilustrar a participação das diversas fontes de recursos nos investimentos da COMPESA, apresenta-se na Figura 3, o Relatório Resumido da Execução do Orçamento de Investimento referente ao exercício de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 08 de janeiro de 2016 (p. 8).

Figura 3 – Relatório Resumido da Execução do Orçamento de Investimento - 2015



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Anexo único previsto no artigo 15 do decreto 41.433 de 28/01/2015



ANEXO ÚNICO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
(ARTIGO 123 PARÁGRAFO 3º DA Constituição Federal)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
(ARTIGO 123 PARÁGRAFO 3º DA Constituição Federal)
Valores em R\$ 1,00

SECRETARIA 34006 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E ENERGÉTICOS
EMPRESA: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
Base: P, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º BIMESTRES 2015

ESPECIFICAÇÃO	FONTES DE INVESTIMENTOS			NO EXERCÍCIO
	1º e 2º BIMESTRES	3º e 4º BIMESTRES	5º e 6º BIMESTRES	
Recursos de gestão: Póliza	28.775.023	28.591.845	18.825.388	76.192.256
Recursos para Aumento de Capital	68.893.131	64.645.568	48.213.744	181.752.443
1. do Tesouro (Fonte 125, 136)	4.300.000	-	25.000.000	29.300.000
2. de Outras Fontes (Fonte 100, 101)	41.194.583	41.145.568	18.213.744	100.553.903
3. da Operação de Crédito e Longo Prazo	-	-	-	-
3.1. Internas (FOTF)	3.270.000	18.825.181	8.015.648	29.110.829
3.2. Externas (RDI e RPD)	18.886.634	7.400.000	2.570.648	28.857.282
Outras Fontes de Investimentos	865.718	1.259.568	681.484	3.120.770
Rendimentos	865.718	1.259.568	681.484	3.120.770
Baixo Inicial do PPA 2014	19.638.088	-	-	19.638.088
TOTAL DAS FONTES DE INVESTIMENTO	116.490.578	92.472.358	66.940.542	375.903.478
RESULTADO:				
DEPÓSITO				(5.343.143)
TOTAL				370.560.335

ESPECIFICAÇÃO	DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS			NO EXERCÍCIO
	1º e 2º BIMESTRES	3º e 4º BIMESTRES	5º e 6º BIMESTRES	
Programa (R912)	24.592.238	105.756.996	83.881.363	214.230.597
Ação (1240)	-	-	-	-
Ação (1243)	12.529.025	18.807.781	13.887.183	45.223.989
Ação (1343)	10.062.463	87.949.214	68.383.915	166.395.592
Programa (R911)	22.440.388	12.177.888	9.798.488	44.416.764
Ação (1684)	18.088.287	8.744.123	8.457.012	35.289.422
Ação (R945)	2.474.152	2.433.578	2.341.483	7.249.213
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	114.632.587	117.934.858	102.579.501	334.246.946
RESULTADO:				
SUPERÁVIT				
TOTAL				334.246.946

SILVIA SOUZA
Gerente de Controle de Investimentos - GFI
CRC 028594/3-PE

SILVIO DE ALBUQUERQUE MELO
Diretor de Gestão Econômica

Ressalta-se que além das obras, são considerados investimentos: equipamentos e material permanente, consultorias organizacionais, capacitação, entre outros.

Nesse contexto, outro aspecto importante refere-se ao conceito adotado pela COMPESA para “obra mitigadora emergencial”, pois a relação das obras da Tabela 9 da sua Nota Técnica inclui o Sistema Produtor do Siriji.

O Sistema do Siriji é uma obra estruturadora, realizada em parceria com o Governo Federal, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo já inauguradas duas das três etapas planejadas, conforme informações divulgadas no *site* do GOVERNO DE PERNAMBUCO¹⁰; da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO¹¹; e do PORTAL DA TRANSPARÊNCIA¹², notadamente o que se refere ao Convênio SIAF nº 752935/2010, firmado entre a COMPESA e o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com o seguinte objetivo:

Captação na barragem do Siriji - Primeira etapa da Estação de Tratamento em Siriji com capacidade de 125 l/s e implantação de parte do Ramal I da adutora do Siriji, com 13,6 km de extensão contemplando a localidade de Vicência. (sem grifos no original)

¹⁰ Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/blog/2014/02/06/primeira-etapa-do-sistema-de-abastecimento-do-siriji-entra-na-reta-final-de-obras>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

¹¹ Disponível em: <<http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/sistema-siriji-retira-oito-cidades-do-rationamento-de-agua>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

¹² Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=752935&TipoConsulta=1&UF=pe&CodMunicipio=&CodOrgao=53000&Pagina=2&Periodo=>>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

Verificou-se que havia diferenças entre as informações da Nota Técnica da COMPESA com a planilha denominada “Posição para a ARPE” (contendo a soma de lançamentos das incorporações de obras nas contas 12122194, 12122112, e 12122105 dos Razões Contábeis), em especial, no Sistema Siriji, conforme se observa no Quadro 12, a seguir.

Quadro 12 – Obras Mitigadoras Emergenciais - 2014/2015

Contrato	Descrição com Base no Razão Contábil	Posição para ARPE (A)	Nota Técnica COMPESA (B)	Diferença (A-B)
CT.OS 13.5.184	Ampliação do sistema produtor para a cidade de Cedro – RTE 2016	3.822.907,96	3.686.947,92	135.960,04
CT.OS 13.6.281	Reconstrução da EEAB Poço de Areia, em Camocim de São Félix - – RTE 2016	768.597,35	731.997,48	36.599,87
CT.OS 14.6.112	Implantação do SAA Pesqueira com captação no Rio Ipojuca - – RTE 2016	7.151.414,06	6.811.051,02	340.363,04
CT.OS 12.6.088	Sistema Produtor de Siriji – RTE 2016	65.393.182,66	22.027.334,01	43.365.848,65
CT.OS 13.5.087	Implantação do sistema adutor do Vale do Catimbau para Buíque - – RTE 2016	2.219.536,53	2.113.844,31	105.692,22
	Incorporação da Obra do Sistema Adutor de Calçados – RTE 2016	215.901,51	365.717,89	(149.816,38)
	Incorporação da Obra do Sistema Adutor São Bento do Una – RTE 2016	551.017,71	627.653,19	(76.635,48)
CT.OS 13.6.353	Implantação do Prolongamento do Sistema Integrado entre São João e Angelim	1.427.505,55	1.381.393,34	46.112,21
CT.OS 14.5.193	Implantação da Adutora para Custódia a partir de Sítio dos Nunes – Flores	1.026.377,88	957.052,97	69.324,91
TOTAL		82.576.441,21	38.702.992,13	43.873.449,08

Chamou atenção nas análises da ARPE a nomenclatura da Conta Contábil 12122194: IMOBILIZAÇÃO RTE – 2016, com data 11/03/2016 para o lançamento de todas as obras apresentadas.

Retornando à equação tarifária da COMPESA e sua aplicação na RTO 2014, foram adotados os seguintes percentuais para os gastos vinculados à Base de Ativos:

- 1,9% - para o cálculo da Quota de Reintegração Regulatória (QRR); e
- 11,95% - referente ao Retorno do Capital (RC).

Com vistas a exercitar a aplicação da metodologia tarifária vigente, utilizaram-se esses percentuais e o valor de investimento informado pela COMPESA (R\$ 38.703 mil) na Tabela 9 de sua Nota Técnica, verificando-se que o valor máximo a ser incorporado ao cálculo tarifário seria de R\$ 5.360 mil (QRR = R\$ 735 mil + RC = R\$ 4.625 mil).

Assim, o valor anual que poderia ser considerado na tarifa para manter os investimentos realizados e alavancar novos, representaria um percentual máximo de 13,85% do valor apontado na Nota Técnica da COMPESA.

3.6. DA PREVISÃO DA COMPESA PARA GASTOS COM CARROS PIPA – 2016

A COMPESA projetou para 2016 um total de R\$ 18.058 mil referente aos gastos com carros pipa. Na análise de consistência, a ARPE não identificou evidências que indicassem a realização da projeção informada.

Assim, achou pertinente considerar, na sua avaliação, o valor de R\$ 10.260 mil, calculado com base na defasagem apontada no Quadro 9 para as despesas com carros pipa (média mensal dos 29 meses), reajustada pelo IRT-2016 autorizado pela Agência¹³ (10,69%).

O total calculado para gastos com carros pipa representa 0,60% da Receita Líquida projetada pela ARPE para 2016 (R\$ 1.717.840 mil), obtida pelo valor registrado para 2015 na Demonstração de Resultados da COMPESA (R\$ 1.590.335 mil), reajustado pelo IRT-2016, a partir de abril/2016.

Verificou-se, dessa forma, que o impacto estimado desses gastos para 2016 seria insuficiente para causar desequilíbrio econômico-financeiro à COMPESA.

Ressalta-se que para avaliar com precisão um desequilíbrio econômico-financeiro, é necessário analisar detalhadamente as informações da receita e a totalidade dos itens componentes dos custos de serviços. Nessa oportunidade pode-se verificar, por exemplo, que um item de custo incorrido a maior foi compensado por outro realizado a menor.

3.7. DA PREVISÃO DA COMPESA PARA OBRAS E SERVIÇOS MITIGADORES – 2016

A COMPESA projetou para 2016 um total de R\$ 40.000 mil referentes às obras e serviços mitigadores.

A ARPE, visando acompanhar o raciocínio da COMPESA, projetou um total máximo de R\$19.351.496,07, calculado com base na média do valor informado (2014/2015) para as Obras e Serviços mitigadores (v. Quadro 13).

¹³ Resolução ARPE nº 107, de 18 de fevereiro de 2016.
38/49

Quadro 13 – Projeção de Obras Mitigadoras 2016 – ARPE

Descrição	Valor (R\$)
Obras e Serviços mitigadores - COMPESA (média 2014/2015)	19.351.496,07
RC - 11,95%	2.312.503,78
QRR - 1,9%	367.678,43
Valor a ser remunerado na tarifa	2.680.182,21

Dessa forma, os investimentos em obras mitigadoras, incluindo o valor referente a investimentos realizados pela COMPESA analisado no item 3.5 (R\$ 5.360 mil) teriam um impacto na tarifa de R\$ 8.040 mil, correspondente a 0,47% da Receita Líquida projetada pela ARPE para 2016 (R\$ 1.717.840 mil), obtida pelo valor registrado para 2015 na Demonstração de Resultados da Concessionária (R\$ 1.590.335 mil), reajustado pelo IRT-2016 a partir de abril/2016.

É importante registrar que a apropriação na tarifa dos investimentos realizados, ocorrerá na próxima Revisão Tarifária, programada para fevereiro de 2018.

Ressalta-se, que dos R\$ 132.934.356 apresentados pela COMPESA como Defasagem Tarifária (Tabela 13 da Nota Técnica GRC/DAM nº 01/2016), 59,79% (R\$ 79.485.705) referem-se a investimentos, que, conforme supramencionado, já são remunerados na tarifa¹⁴, e, dessa forma, não podem ser computados para o cálculo de uma tarifa temporária nas bases da TTCCH proposta.

3.8. DO CÁLCULO DA TTCCH PROPOSTO PELA COMPESA

Em primeiro lugar, a COMPESA totalizou uma “Receita Requerida Devido a Crise Hídrica” de R\$ 132.934.355,79 (v. Tabela 13, p. 11), que corresponde à defasagem dos gastos acumulados com carros pipa de 41 meses (realizados de ago/2013 a dez/2015 e projetados até dez/2016) e o valor integral das obras mitigadoras emergenciais para ser recuperado na vigência da TTCCH (mar/2016 a fev/2017).

¹⁴ Conforme o art. 5º da Resolução ARPE nº 88/2014, a Equação Tarifária das Revisões possui a seguinte composição: **RR = DEX + COS + RIR + QRR + RC – RI**, onde:

RR: Receita Requerida para prover os serviços de água e esgoto;

DEX: Despesas de Exploração;

COS: Remuneração da PPP pelos serviços prestados de operação, manutenção e ampliação da coleta e tratamento de esgoto na RMR+Goiana;

RIR: Receitas Irrecuperáveis Regulatórias;

QRR: Quota de Reintegração Regulatória calculada a partir da Base de Ativos Regulatória Bruta e da taxa média anual de depreciação;

Convém observar que pela metodologia praticada, as obras realizadas serão apropriadas na tarifa por taxas de retorno anuais a partir da próxima Revisão Tarifária e as projeções de custos são realizadas para um período de 12 meses, enquanto a COMPESA considerou despesas com carros pipa de 3 anos para serem compensadas entre mar/2016 e fev/2017.

A demonstração do cálculo da TTCCH foi iniciada pela projeção dos volumes faturados de água para cada categoria, no período de fev/2016 a jan/2017, porém foi apresentado na Tabela 14 da Nota Técnica da COMPESA o intervalo de dez/2015 a nov/2016.

A ARPE também identificou divergência entre os percentuais de evolução informados para os dois últimos períodos de 12 meses (dez/2013 a nov/2014 e dez/2014 a nov/2015) e os apurados na projeção da COMPESA, embora o texto afirmasse a aplicação desses percentuais na projeção, conforme o Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 – Percentual aplicado na projeção dos Volumes Faturados

Descrição	Volume Faturado de Água (m³)		Δ% (B/A)	Volume Projetado de Água (m³)	
	dez/13 a nov/14 (A)	dez/14 a nov/15 (B)		dez/15 a nov/16 (C)	Δ% Aplicado (C/B)
Total	295.877.517	304.956.655	3,07	314.713.330	3,19
Comercial (Vfc)	18.137.060	20.166.471	11,19	22.507.259	11,60
Industrial (Vfi)	18.223.823	19.352.195	6,19	20.597.251	6,43
Público (Vfp)	11.922.103	11.437.034	-4,07	10.976.071	-4,03
Residencial (Vfr)	247.594.531	254.000.955	2,59	260.632.748	2,61

Seguindo a fórmula de cálculo da TTCCH proposta, a COMPESA distribuiu a "Receita Requerida Devido a Crise Hídrica" de acordo com o que denominou "Capacidade de Pagamento" de cada categoria de usuário (Comercial, Industrial, Público e Residencial), calculada com base na proporção do valor pago pela fatura mínima¹⁵ de cada categoria em relação ao valor da Residencial (v. Tabela 15, p. 13), ou seja:

- Comercial: $T_{chc} = 1,47 \times T_{chr}$;
- Industrial: $T_{chi} = 1,84 \times T_{chr}$; e
- Público: $T_{chp} = 1,42 \times T_{chr}$.

Na sequência, a COMPESA ponderou a projeção de volume de dez/2015 a nov/2016 (314.713.330 m³) pela proporção da fatura mínima das categorias

¹⁵ A fatura mínima de cada categoria está determinada no art. 72 do Decreto Estadual 18.251/1994 no valor equivalente ao volume de 10m³ (dez metros cúbicos).

calculando um novo volume projetado de 347.203.383 m³, sem explicitar o motivo desse cálculo (v. Tabela 16, p. 13).

Em seguida a COMPESA calculou o valor da Tarifa Residencial Temporária Devido à Crise Hídrica (Tchr) no valor de R\$ 0,38/m³ (=132.934.355,79 / 347.203.383).

Pela multiplicação desse valor base residencial pela proporção das faturas mínimas de cada categoria, foram obtidos os seguintes valores de TTCCH (v. Tabela 17, p. 14):

- Comercial: Tchc = 1,47 x 0,38 = 0,56;
- Industrial: Tchi = 1,84 x 0,38 = 0,70; e
- Público: Tchp = 1,42 x 0,38 = 0,54.

É importante ressaltar que pelo cálculo desenvolvido pela COMPESA o valor residencial da TTCCH (R\$ 0,38) já contempla todo o valor da “Receita Requerida Devido a Crise Hídrica”. Verifica-se no Quadro 15, a seguir, que a aplicação da proporção entre as categorias, conforme proposto pela COMPESA, geraria uma receita 14,73% maior do que a informada.

Quadro 15 – Receita Calculada com base na TTCCH por Categoria

Categoria Tarifária	Volume Projetado (m³)	Tchr (R\$)	Receita Requerida (R\$)	TTCCH proposta (R\$)	Receita Calculada (R\$)
Comercial	33.085.671	0,38	12.667.567,70	0,56	18.527.975,76
Industrial	37.898.943	0,38	14.510.433,42	0,70	26.529.260,10
Público	15.586.021	0,38	5.967.446,64	0,54	8.416.451,34
Residencial	260.632.748	0,38	99.788.908,03	0,38	99.040.444,24
Total	347.203.383		132.934.355,79		152.514.131,44

Para efeito de comparação, acompanhando o raciocínio da COMPESA, a ARPE calculou um valor máximo para a TTCCH de R\$ 0,04/m³, obtido pela divisão do valor apresentado no Quadro 13 (R\$ 13.638.257,69) pelo volume de 347.203.383 m³ projetado pela Concessionária, 90% menor do que a tarifa temporária residencial (Tchr).

3.9. DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA TTCCH NAS FATURAS

Visando apurar o impacto da implantação da TTCCH, a ARPE solicitou à COMPESA uma simulação das faturas para usuários de consumo mínimo, médio e máximo de cada categoria (Item 5 do Pedido de Informação).

Em resposta, a COMPESA enviou faturas com volumes de água uniformes para as categorias, sem considerar o real perfil de consumo mínimo, médio e máximo de cada uma delas.

Registra-se, ainda, que as faturas simuladas apresentaram valores referentes a multas, juros e ligação de água, que foram desconsiderados nas análises da ARPE. Além disso, não foram apresentadas as informações para usuário de perfil máximo das categorias Industrial e Público.

Tomando como exemplo a fatura apresentada para a categoria de órgão público, verificou-se que o histórico dos últimos 6 meses registrava uma média de 1.810 m³ de consumo. Esse volume não reflete nenhuma das simulações de consumo apresentadas pela COMPESA.

Sendo assim, as simulações apresentadas não retrataram os reais perfis das categorias, conforme solicitado pela ARPE.

Como resultado da análise das informações encaminhadas, foram constatados os maiores impactos percentuais da TTCCH no perfil de consumo – Fatura Mínima (v. Quadro 16).

Quadro 16 – Simulação Consumos por Categoria de Usuário

Perfil de Consumo - Fatura Mínima	Residencial	Comercial	Industrial	Público
Volume consumido (m ³)	5	5	5	5
Valor apresentado na fatura (R\$)	37,94	56,10	159,27	1.861,84
Valor do consumo (R\$)	33,65	49,51	62,03	47,84
Valor da TTCCH (R\$)	3,80	5,60	7,00	5,40
Participação TTCCH no valor do consumo (%)	11,29	11,31	11,28	11,29
Perfil de Consumo - Fatura Média	Residencial	Comercial	Industrial	Público
Volume (m ³)	20	20	20	25
Valor apresentado na fatura (R\$)	80,34	159,80	297,77	1.978,84
Valor do consumo (R\$)	72,25	147,61	193,53	156,74
Valor da TTCCH (R\$)	7,60	11,20	14,00	13,50
Participação TTCCH no valor do consumo (%)	10,52	7,59	7,23	8,61

Perfil de Consumo - Fatura Máxima	Residencial	Comercial	Industrial	Público
Volume (m³)	30	40	-	-
Valor apresentado na fatura (R\$)	130,04	367,20	-	-
Valor do consumo (R\$)	118,15	343,81	-	-
Valor da TTCCH (R\$)	11,40	22,40	-	-
Participação TTCCH no valor do consumo (%)	9,65	6,52	-	-

Observou-se, ainda no Quadro 16, que a COMPESA para o perfil de consumo mínimo fez a simulação considerando o volume de 5 m³ e calculou o valor da TTCCH conforme a fatura mínima, correspondente a 10 m³.

Quanto às informações referentes ao faturamento de dezembro/2015, solicitado pela ARPE (Item 6 do Pedido de Informação), verificou-se que a categoria Residencial, embora possua a menor tarifa, participaria com 76,08% do total faturado com a TTCCH (v. Quadro 17).

Quadro 17 – Simulação TTCCH no Faturamento de Dezembro/2015

Categoria	Faturamento Dez/2015 Realizado		Simulação Faturamento TTCCH (R\$)	Faturamento Incorporando TTCCH (R\$)
	(R\$)	(m³)		
Comercial	R\$ 9.148.282,81	1.541.883	R\$ 863.454,48	R\$ 10.011.737,29
Industrial	R\$ 5.220.866,06	1.661.115	R\$ 1.162.780,50	R\$ 6.383.646,56
Público	R\$ 6.344.911,27	955.922	R\$ 516.197,88	R\$ 6.861.109,15
Residencial	R\$ 67.066.259,19	21.275.566	R\$ 8.084.715,08	R\$ 75.150.974,27
Tarifa social	R\$ 1.437.350,54	1.660.907	R\$ 0,00	R\$ 1.437.350,54
Total	R\$ 89.217.669,87	27.095.393	R\$ 10.627.147,94	R\$ 99.844.817,81

Constatou-se, também no Quadro 17, que o impacto da TTCCH no faturamento total de dez/2015 (período de 12 meses) representaria um acréscimo de 11,91% (R\$ 99.845 / R\$ 89.218 mil) na tarifa média, percentual superior ao reajuste (10,69%) homologado pela Resolução ARPE nº 107, de 18/02/2016.

Convém reforçar que todas as obras inerentes à operacionalização dos serviços prestados pela COMPESA serão oportunamente consideradas numa próxima revisão tarifária.

Além disso, a COMPESA considerou a compensação das despesas com carros pipas de 3 anos em 12 meses, tempo proposto para a vigência da TTCCH (v. subitem 3.5), enquanto que a metodologia tarifária estabelece a realização das projeções de receitas e custos de serviços por igual período de 12 meses.

3.10. Do OBJETO DA TTCCH

Primeiramente, é importante registrar que o objetivo da TTCCH proposta pela COMPESA guarda similaridade com as “bandeiras tarifárias” instituídas pela Aneel para compensar custos adicionais de geração térmica em períodos de baixo nível das barragens das Usinas Hidroelétricas, conforme trecho da Nota Técnica Aneel nº 416/2012, transcrito a seguir.

O principal objetivo do sistema de bandeiras tarifárias é sinalizar o custo presente de geração de energia elétrica, por meio de sinal tarifário, e, como consequência, permitir que os consumidores gerenciem sua carga na busca de um consumo mais racional que vise à eficiência energética. O modelo permite uma sinalização que reflita os custos de compra de energia sem um grande lapso temporal entre o acionamento das usinas térmicas por segurança energética e a correspondente repercussão tarifária, promovendo assim uma maior proximidade entre tarifas e custos.¹⁶ (sem grifos no original)

Dessa forma, considerando que a ocorrência de secas é um fenômeno natural e de características sazonais, pode justificar a criação de uma tarifa temporária para compensar os custos adicionais de fornecimento da COMPESA nesses períodos, conforme previsto no art. 46 na Lei Federal nº 11.445/2007, transcrito a seguir:

Art. 46. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

A definição de uma tarifa temporária para cobrir os custos adicionais de fornecimento da COMPESA em situações de ciclo hidrológico desfavorável, deveria atender a requisitos específicos, por exemplo:

- a) refletir os custos adicionais com carros pipa previstos para o período de 12 meses, o que na avaliação preliminar da ARPE (item 3.6) representou 0,60% da Tarifa Média;
- b) ser apresentada em separado nas faturas, conforme critérios regulatórios a serem definidos pela ARPE;

¹⁶http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2012/104/documento/nt_416_2012___bandeiras_tarifarias.pdf

- c) possuir vigência definida pela avaliação da situação inicial e do período de enchimento das barragens que abastecem os municípios envolvidos.

Nesse contexto, caberá à ARPE estabelecer período e procedimentos de avaliação tanto dos níveis das barragens quanto de gastos com carros pipas.

Cumprе ressaltar, que na definição da metodologia para a aplicação de uma nova tarifa, a ARPE deve realizar Audiência Pública de modo a dar conhecimento e colher sugestões dos interessados, em cumprimento ao que estabelece o parágrafo único do art. 65, do Decreto nº 18.251/1994 e alterações, combinado com a Lei Estadual nº 12.813/2005.

4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das análises realizadas pela ARPE, em especial as registradas nos subitens 3.4.1 (Da Variação das Despesas com Carros Pipa – 2013 a 2016); 3.5 (Das Obras Emergenciais Mitigadoras da Crise Hídrica); 3.6 (Da Previsão da COMPESA para Gastos com Carros Pipa – 2016); e 3.7 (Da Previsão da COMPESA para Gastos com Obras e Serviços Mitigadores – 2016) destaca-se:

- a) dos R\$ 132.934.356 apresentados pela COMPESA como defasagem tarifária, 59,79% (R\$ 79.485.705) referem-se a investimentos que já são remunerados na tarifa, conforme metodologia tarifária, e dessa forma não podem ser computados para o cálculo de uma tarifa temporária nas bases da TTCCH proposta;
- b) a remuneração de investimentos realizados ocorrerá na próxima Revisão Tarifária, programada para fevereiro de 2018. Considerando as taxas de remuneração utilizadas na última Revisão Tarifária, a realização dos investimentos apontados pela COMPESA geraria um retorno anual de R\$ 8.040 mil;
- c) a COMPESA considerou a compensação das despesas com carros pipa de 3 anos em 12 meses, tempo proposto para a vigência da TTCCH, enquanto que a metodologia tarifária estabelece projeções de receitas e custos de serviços por igual período (12 meses);
- d) a TTCCH nas bases propostas pela COMPESA representaria um acréscimo de 11,91% na Tarifa Média;
- e) a defasagem verificada com os gastos com carros-pipa não seria suficiente para provocar um desequilíbrio econômico-financeiro na COMPESA.

Considerando que a ocorrência de secas é um fenômeno natural de características sazonais, poderia justificar a criação de uma tarifa temporária para compensar custos adicionais de fornecimento nesses períodos, conforme previsto no art. 46 na Lei Federal nº 11.445/2007.

Assim, a definição de uma tarifa temporária para cobrir os custos adicionais de fornecimento da COMPESA em situações de ciclo hidrológico desfavorável, deve atender a requisitos específicos mínimos, como os exemplificados pela ARPE neste parecer.

Por fim, ressalta-se que na definição de metodologia para a aplicação de uma nova tarifa, a ARPE deve realizar Audiência Pública, em cumprimento ao que estabelece legislação estadual.

É o parecer.

Recife, 29 de agosto de 2016.

Maria Ângela Albuquerque de Freitas

Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros

Karine Alessandra da Silva Medeiros

Técnica Reguladora, matrícula 250-0

Sheila Messias da Silva

Analista de Regulação, matrícula 299-2

Tatiana Toraci Gois

Analista de Regulação, matrícula 294-1

Matheus Pereira da Silva

Estagiário, matrícula 66

Matheus Rangel Cavalcanti Borba

Estagiário, matrícula 77

Ciente e de acordo.

Hélio Lopes Carvalho

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

ANEXO A

Gasto Médio Mensal com Carro Pipa - Interior

(Razões Contábeis - 2013 a 2015)

Atualização pela Variação Acumulada do IPCA

(Valor Presente até Dez/2015)

Mês/Ano	Valor Mensal (R\$)	Variação IPCA (%)	Valor Mensal Atualizado (R\$)
ago/13	1.027.490,69	20,88	1.242.037,42
set/13	1.027.490,69	20,59	1.239.063,95
out/13	1.027.490,69	20,17	1.234.742,63
nov/13	1.027.490,69	19,49	1.227.745,22
dez/13	1.027.490,69	18,85	1.221.149,59
jan/14	1.255.686,87	17,76	1.478.751,73
fev/14	1.255.686,87	17,12	1.470.661,03
mar/14	1.255.686,87	16,32	1.460.587,17
abr/14	1.255.686,87	15,26	1.447.271,57
mai/14	1.255.686,87	14,49	1.437.639,08
jun/14	1.255.686,87	13,97	1.431.057,20
jul/14	1.255.686,87	13,51	1.425.355,85
ago/13 a jul/14 (VP dez/15)			16.316.062,43
ago/14	1.255.686,87	13,50	1.425.211,83
set/14	1.255.686,87	13,22	1.421.656,54
out/14	1.255.686,87	12,58	1.413.599,42
nov/14	1.255.686,87	12,11	1.407.688,26
dez/14	1.255.686,87	11,54	1.400.545,76
jan/15	1.316.705,20	10,67	1.457.237,52
fev/15	1.316.705,20	9,32	1.439.389,88
mar/15	1.316.705,20	8,00	1.422.042,50
abr/15	1.316.705,20	6,59	1.403.514,92
mai/15	1.316.705,20	5,84	1.393.619,67
jun/15	1.316.705,20	5,06	1.383.384,07
jul/15	1.316.705,20	4,24	1.372.539,45
ago/14 a jul/15 (VP dez/15)			16.940.429,82
ago/15	1.316.705,20	3,60	1.364.083,53
set/15	1.316.705,20	3,37	1.361.089,64
out/15	1.316.705,20	2,82	1.353.779,83
nov/15	1.316.705,20	1,98	1.342.770,64
dez/15	1.316.705,20	0,96	1.329.344,29
ago/15 a dez/15 (VP dez/15)			6.751.067,93
Total			40.007.560,19

ANEXO B

Gasto Médio Mensal com Carro Pipa - Interior
(Despesa Carro Pipa RTO - 2014)
Atualização pelos Processos Tarifários

Mês/Ano	Atualização Tarifária (%)	Valor Mensal Reajustado (R\$)
ago/13		494.643,86
set/13		494.643,86
out/13		494.643,86
nov/13		494.643,86
dez/13		494.643,86
jan/14		494.643,86
fev/14		494.643,86
mar/14		494.643,86
abr/14	8,75	537.925,20
mai/14		537.925,20
jun/14		537.925,20
jul/14		537.925,20
ago/13 a jul/14		6.108.851,68
ago/14		537.925,20
set/14		537.925,20
out/14		537.925,20
nov/14		537.925,20
dez/14		537.925,20
jan/15		537.925,20
fev/15		537.925,20
mar/15		537.925,20
abr/15	8,35	582.841,95
mai/15		582.841,95
jun/15		582.841,95
jul/15	12,16	603.336,90
ago/14 a jul/15		6.655.264,37
ago/15		603.336,90
set/15		603.336,90
out/15		603.336,90
nov/15		603.336,90
dez/15		603.336,90
ago/15 a dez/15		3.016.684,52
Total		15.780.800,60

ANEXO C

Receita Projetada Acumulada - Ago/13 a Dez/15

(Receita Requerida Final - RTO - 2014)

Atualização pelos Processos Tarifários

Mês/Ano	Atualização Tarifária (%)	Receita Média Mensal Projetada (R\$)
ago/13		100.842.666,67
set/13		100.842.666,67
out/13		100.842.666,67
nov/13		100.842.666,67
dez/13		100.842.666,67
jan/14		100.842.666,67
fev/14		100.842.666,67
mar/14		100.842.666,67
abr/14	8,75	109.666.400,00
mai/14		109.666.400,00
jun/14		109.666.400,00
jul/14		109.666.400,00
ago/13 a jul/14		1.245.406.933,36
ago/14		109.666.400,00
set/14		109.666.400,00
out/14		109.666.400,00
nov/14		109.666.400,00
dez/14		109.666.400,00
jan/15		109.666.400,00
fev/15		109.666.400,00
mar/15		109.666.400,00
abr/15	8,35	118.823.544,40
mai/15		118.823.544,40
jun/15		118.823.544,40
jul/15	12,16	123.001.834,24
ago/14 a jul/15		1.356.803.667,44
ago/15		123.001.834,24
set/15		123.001.834,24
out/15		123.001.834,24
nov/15		123.001.834,24
dez/15		123.001.834,24
ago/15 a dez/15		615.009.171,20
Receita Projetada Acumulada		3.217.219.771,97